

O ataque urgente à dívida pública

Apressar a privatização e baixar os juros são as medidas mais urgentes para conter a expansão da dívida pública, "uma séria ameaça à consolidação do Plano Real". Esta é uma das recomendações centrais contidas num estudo de três ex-funcionários do Banco Central, publicado pelo Banco de Investimentos Garantia. Para baixar os juros, o BC terá de conter a acumulação de reservas cambiais. Frear essa acumulação "é tarefa imediata", segundo o estudo. Os autores são o professor Alberto Sozím Furuguem, Luís Pamplona e Satossi Abe. Furuguem foi chefe do Departamento Econômico e diretor do BC. Pamplona e Abe foram chefes adjuntos de departamentos.

Com juros iguais aos do ano passado, a dívida líquida do setor público poderá custar neste ano US\$ 45,4 bilhões de juros, equivalentes a 7,1% do Produto Interno Bruto (5,4% no ano passado). Com um corte de 10 pontos, o gasto cairá para US\$ 27,4 bilhões, ou 4,3% do PIB. Nenhum remédio isolado bastará para resolver o problema, insistem os três econo-

mistas. Será preciso atuar em quatro frentes: a) corte de gastos em todos os níveis do setor público; b) redução de juros; c) privatização; d) reformas administrativa, previdenciária e tributária. A privatização, proporcionando recursos para reduzir a dívida, será uma ponte no tempo: facilitará o caminho até o amadurecimento das reformas.

O corte dos juros também pode produzir efeitos imediatos, mas dependerá da administração das con-

tas externas. As medidas tomadas pelo governo, em fevereiro, para conter o ingresso de capitais de curto prazo estão na direção certa, avalliam os autores. Com menor ingresso de dólares, o Banco Central será menos pressionado a comprar moeda estrangeira. Poderá emitir menos reais e precisará vender menos títulos para enxugar o mercado. Isso facilitará a baixa dos juros.

A austeridade administrativa poderá afetar não só as despesas, mas

também a expectativa, facilitando a rolagem da dívida. O avanço das reformas poderá igualmente resultar em aumento de confiança.

A dívida líquida do setor público equivale à dívida total, interna e externa, menos as reservas internacionais e outros créditos. Os débitos entre entidades de governo não são contados. A dívida líquida correspondeu no ano passado a 36,8% do PIB. Havia chegado a 46,7% em 1989, mas caiu entre 1990 e 1993, quando ficou em 31%. Em 1982, quando houve a grande crise da dívida externa, a dívida líquida representou 36,7% do PIB. Foi o início da grande expansão até 1989. No fim de 1995, os 36,8% estavam assim divididos: 15,9%, governo federal e BC; 12,9%, Estados e municípios; 8%, empresas estatais.

A dívida pode ser muito maior, porém, com a inclusão do rombo no Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS, ligado ao financiamento habitacional), com a emissão de títulos para a renegociação da dívida rural e com a eventual perda dos recursos do Proer, destinados ao setor financeiro (tabela).

CONTA PODE ENGORDAR COM US\$ 53,3 BILHÕES

Dívida oficial e dívida potencial do setor público

(US\$ bilhões)

	Dez/95	% do PIB
Dívida líquida	213,6	36,8
FCVS	40,0	6,9
Agricultura*	7,5	1,3
Proer (perda total)**	5,8	1,0
Total	266,9	46,0

* programa de securitização da dívida agrícola

** hipótese de perda total do dinheiro aplicado até dezembro/95

Fonte: Furuguem/Pessoa/Abe, boletim do Banco de Investimentos Garantia